

**DISCURSO DE S. EXA. PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL,  
ANTÓNIO COSTA**

Conferência Interparlamentar | Sessão I – A Presidência Portuguesa do Conselho da UE  
da LXV Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos  
da União Europeia (COSAC)

31 de maio 2021

---

Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República,  
Senhora Vice-Presidente do Parlamento Europeu,  
Senhora Presidente da Comissão Europeia,  
Senhoras e Senhores Deputados,

A pandemia da COVID-19 abalou fortemente as nossas economias e as nossas sociedades, a maneira como trabalhamos, como vivemos, como convivemos.

Mas, no decurso desta crise, foi igualmente visível e forte a ação da União Europeia em todos os nossos países, desde a adoção de instrumentos de apoio ao emprego e à atividade económica, à compra conjunta de vacinas, ao maior pacote financeiro jamais adotado a nível europeu – que esperamos pôr brevemente em marcha com a aprovação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.

Quero aqui saudar o rápido processo de ratificação por todos os Parlamentos Nacionais da Decisão sobre Recursos próprios da União Europeia que permitirá à Comissão ir aos mercados para financiar o Plano de Recuperação europeu.

O início do processo de vacinação e a aprovação do Quadro Financeiro Plurianual e do Programa Nova Geração UE abriram a porta à esperança.

Portugal assumiu a Presidência do Conselho num momento decisivo para concretizar as decisões históricas que adotámos em 2020. Foi por isso que escolhemos como lema: **TEMPO DE AGIR: POR UMA RECUPERAÇÃO JUSTA, VERDE E DIGITAL.**



Um lema que sintetiza bem as três prioridades da Presidência Portuguesa que, como temos verificado ao longo dos últimos meses, são amplamente partilhadas pelos nossos parceiros europeus:

- A primeira é a recuperação económica e social da Europa, alavancada nas transições climática e digital;
- A segunda, desenvolver o Pilar Social da União Europeia, garantindo que esta dupla transição não deixa ninguém para trás;
- A terceira, reforçar a autonomia estratégica de uma União Europeia aberta ao Mundo.

Permitam-me elaborar brevemente sobre cada uma delas.

A primeira prioridade – recuperar, respondendo à emergência do presente e lançando bases sólidas para o futuro – depende, desde logo, do sucesso do processo de vacinação. Tudo aponta que conseguiremos cumprir o objetivo que nos fixámos de ter 70% da população adulta europeia vacinada até ao final do verão. Além disso, o Certificado Digital COVID-19, que esperamos possa entrar em vigor a 1 de julho, constitui um importante marco da Presidência Portuguesa, que contribuirá para facilitar a livre circulação na União durante a pandemia e promover a retoma económica.

Também não esquecemos a solidariedade com o resto do mundo, comprometendo-nos a apoiar, através da COVAX e da partilha de 100 milhões de doses de vacinas, para além de diversos compromissos bilaterais, a vacinação à escala global, e a capacidade local de produção, em particular no continente africano. É a única forma de garantir a erradicação total do vírus.

Em paralelo, trabalhamos para pôr em execução todos os instrumentos para uma recuperação económica e social baseada nos motores das transições climática e digital. Concluímos a negociação dos vários programas do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, incluindo os fundos de coesão, o programa de saúde da UE, o Programa InvestEU e o Erasmus+. Também acordámos no Conselho manter políticas orçamentais expansionistas em 2021 e 2022.

Durante o primeiro trimestre, o Regulamento relativo ao Fundo de Recuperação entrou em vigor. Com a ratificação da Decisão relativa ao Sistema de Recursos Próprios, passamos a dispor de capacidade para financiar os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência, os primeiros dos quais serão avaliados pela Comissão no início de junho, permitindo a sua aprovação pelo Ecofin no final desse mês. Portugal foi o primeiro país a apresentar o seu Plano, depois de um processo ímpar de participação cívica, que incluiu consultas públicas, audições de diversos conselhos nacionais setoriais e um ciclo de seminários sobre os diversos temas cobertos pela programação do Plano.

Senhoras e Senhores Deputados,

Todos sabemos que a recuperação só será bem-sucedida ao nível da União se o for ao nível nacional. Também sabemos que só será sustentada e sustentável se a alicerçarmos nos motores de futuro que são as transições climática e digital.

Esta é a década decisiva para cumprirmos o compromisso de neutralidade carbónica em 2050. O acordo alcançado entre Parlamento Europeu e Conselho sobre a primeira Lei do Clima europeia,



uma bandeira da Presidência Portuguesa, é um sinal inequívoco da ambição da União Europeia no combate às alterações climáticas.

Esta é também a década da Europa Digital, da transformação digital das nossas economias e das nossas sociedades e da afirmação à escala global.

Alcançámos importantes acordos sobre a revisão do Regulamento ePrivacy, sobre o Regulamento relativo à remoção de conteúdos terroristas das plataformas digitais, sobre a derrogação de certos elementos da Diretiva ePrivacy para combater a pornografia infantil, sobre o programa Europa Digital, e vamos realizar amanhã e depois a Assembleia Digital, em que promoveremos a assinatura da Declaração de Lisboa que visa desenvolver um ecossistema digital centrado nas pessoas, através do reforço da literacia digital e dos valores democráticos.

Senhoras e Senhores Deputados,

A pandemia e o seu impacto afetaram as nossas sociedades de forma assimétrica, agravando ainda mais as desigualdades existentes. Por isso, para que esta recuperação torne a Europa mais sustentável e forte, temos de garantir que se trata de uma recuperação justa, que beneficia verdadeiramente todos os cidadãos.

A nossa segunda prioridade tem sido, pois, concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais – tema central da Cimeira Social que organizámos no Porto no início de maio.

Aí foi assinado o Compromisso Social do Porto, o acordo tripartido mais abrangente e ambicioso alguma vez alcançado a nível da União Europeia, um compromisso com o futuro e com a esperança, assegurando aos Europeus que as transições climática e digital não serão uma ameaça, mas antes uma oportunidade para todos.

Finalmente, a terceira prioridade da nossa Presidência é o reforço da autonomia estratégica de uma União Europeia aberta ao mundo.

A autonomia estratégica não significa ceder ao protecionismo. Pelo contrário, precisamos de reforçar e diversificar as relações com os nossos parceiros transatlânticos, tanto com a nova administração dos EUA e com o Reino Unido – cujo Acordo de Comércio e Cooperação acaba de entrar em vigor –, como com a América Latina. Temos, aliás, destacado junto da Comissão Europeia a necessidade de valorizar as relações com esta região, finalizando as negociações dos acordos com o México, o Chile e o Mercosul.

Devemos também reforçar as nossas relações com o continente africano, com a região do Indo-Pacífico – no Porto teve também lugar a Cimeira UE-Índia, com uma enorme importância geopolítica, que conduziu a importantes avanços nas negociações dos acordos de comércio e investimento – e, por último, com os nossos vizinhos do Leste e do Sul.

As nossas relações com o continente africano são naturalmente uma prioridade: concluímos as negociações do Acordo pós-Cotonou, organizámos um Fórum de Investimento Verde UE-África e

alcançámos um acordo sobre o Programa Europa Global, 80 mil milhões de Euros, dos quais 30 mil milhões para a África subsaariana.

Também temos trabalhado na questão das migrações, dando prioridade à sua dimensão externa, em particular à importância da cooperação com os países de origem e de trânsito, e o reforço dos



canais legais de migração. Destaco o acordo alcançado sobre a Diretiva Cartão Azul, que coloca a União Europeia entre os melhores destinos para trabalhadores altamente qualificados.

Quanto ao futuro, temos de nos empenhar num debate conjunto, com a mais ampla participação possível, sobre o que queremos construir juntos enquanto União. Este é o objetivo da Conferência sobre o Futuro da Europa, que lançámos a 9 de maio, em Estrasburgo.

A Conferência, na qual os Parlamentos nacionais participam de pleno direito, deverá ser orientada para as políticas e as respostas às expectativas concretas de todos, e não ter como objetivo as questões institucionais ou alterações aos Tratados. Esta Conferência constitui uma oportunidade para que cidadãos e seus representantes estabeleçam um canal de diálogo direto sobre a Europa que querem construir em conjunto para o futuro.

Senhores Presidentes,

Senhoras e Senhores Deputados,

O maior esforço da Presidência Portuguesa, ao longo deste semestre, tem sido o de procurar envolver todos, em cada nível de governação, nas respostas que os cidadãos nos pedem.

A crise pandémica reforçou o nosso sentido de pertença a uma mesma comunidade. Desde o início da crise, instituições europeias e nacionais andaram sempre de mãos dadas e souberam dar uma resposta conjunta e robusta aos anseios dos cidadãos. Os Parlamentos da União Europeia são, por isso, parceiros essenciais para o sucesso da recuperação justa, verde e digital da Europa.

Contamos convosco. Obrigado.

António Costa,

**Primeiro-Ministro de Portugal**

